



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 366 /2012

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO ORDINÁRIA DE: 21/08/2012.

PROCESSO Nº 1/24/2012

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/201115575

RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

CONSELHEIRO RELATOR: RAFAEL GONÇALVES ZIDAN.

EMENTA: TRANSPORTAR MERCADORIA SEM DOCUMENTO FISCAL. Fiscalização realizada em mercadorias transportadas pela ECT, sem documento fiscal. Artigos infringidos: 140 do Dec. 24.569/97. Penalidade: Art. 123, III, "a", da Lei 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/93. Auto de Infração PROCEDENTE, confirmada a decisão CONDENATÓRIA exarada na 1ª Instância de acordo com voto do relator e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Recurso Voluntário conhecido e não provido. Decisão por UNANIMIDADE DE VOTOS.

RELATÓRIO:

Consta do relato inserto na peça introdutória, que o agente fiscal atuante, em trabalho de fiscalização de trânsito realizado junto a mercadorias transportadas pela atuada, encontrou um volume SI043213820BR e 855BR, contendo (cada volume) a quantidade de 50

unidades de LEITOR DE CARTÃO SMART CARD, desacompanhado da correspondente documentação fiscal.

Em face dessa constatação elaboraram relação de mercadorias na qual foram arrolados os leitores de cartão objetos da presente autuação, com os respectivos valores a eles atribuídos, remontando a quantia de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), valor tomado para os efeitos de base de cálculo da exigência de que se cuida.

A ECT, veio aos autos na forma da legislação de regência, apresentou impugnação ao auto sobredito, pautada em extenso arrazoado, alegando dentre outras fatos, que a autuada é detentora de concessão outorgada pela União, para a realização de serviço postal, compreendendo o recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, em conformidade com a Lei nº 6.538/78, na forma definida em regulamento.

Por essas razões, além de outras aventadas, alega, efusivamente, que a ECT encontrar-se-ia no campo da imunidade recíproca prevista na Constituição Federal, portanto, não estaria sujeita a incidência de tributo de competência dos Estados, razões pela qual pede, em grau de preliminar, a nulidade do feito fiscal, e caso esta não venha a ser acatada, que julgue o auto improcedente, com base nos mesmo motivos.

Por ocasião do julgamento de primeira instância, o auto em epígrafe foi julgado procedente, acatando as razões e apenação apontadas na peça acusatória, sob o fundamento de ofensa ao disposto no artigo 829 do Decreto nº 24.569/97 – RICMS, consubstanciado, ainda, no teor do Parecer nº 34/99, da doutra Procuradoria Geral do Estado.

A Consultoria Tributária, por seu turno, ratificou a decisão monocrática consoante o Parecer nº 34/99. Manifestação acatada pela doutra Procuradoria Geral do Estado às fls. 37.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR:

Diz o auto de infração, peça vestibular dos presentes autos, que fiscalizando mercadorias transportadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, foram encontrados 2 (dois) volumes, contendo cada um a quantidade de 50 leitores de cartão smart card, sem documento fiscal.

A autuada manifesta-se nos autos processuais em duas oportunidades, trazendo praticamente os mesmo argumentos, sempre pautada no entendimento de que a ECT, seria empresa detentora de concessão para explorar serviço postal concedida pela União, nos termos da Lei nº 6.538/78, sustentando a tese segundo a qual a ECT goza de imunidade recíproca nos termos da Constituição Federal, hipótese que afastaria a incidência do ICMS sobre seus serviços, haja vista se tratar de imposto de competência estadual.

Subsidiando essa assertiva, traz à colação o art. 7º e parágrafo 3º do mencionado diploma legal, que disciplinam o serviço postal, nos seguintes termos:

Art. 7º Constitui serviço postal o recebimento, expedição, transporte entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas, conforme definido em regulamento.

§ 3.º - constitui serviço postal relativo a encomenda a remessa e entrega de objeto, com ou sem valor mercantil, por via postal;

Ainda no campo da imunidade recíproca, trouxe à colação acórdão do STF, no Recurso Extraordinário nº 407.099-5 em que é recorrente, no qual restou decidido que a ECT é empresa que exerce atividade de prestação de serviços público, porquanto, distinta de empresa que explora atividade econômica.

Ao cotejo das disposições normativas colacionadas com os argumentos da recorrente, percebe-se a nítida impropriedade das alegações de recurso, haja vista que, quando se referiram a encomendas, o que poderia parecer distintas de postagem, reportou-se a objetos da mesma natureza, que por definição legal são essencialmente diferentes de mercadorias propriamente ditas, posto que postagem relaciona-se a correspondências e algo do gênero, enquanto mercadorias tratam-se

de objetos ou coisas naturais ou produzidas, definições que não podem se confundir.

Muito a propósito, a manifestação exarada no Parecer nº 34/99, de lavra da douta Procuradoria Geral do Estado do Ceará, cuida especificamente de conceituar, com extrema lucidez e clareza, a distinção do que representa postagem e transporte de mercadorias.

O que exurge relevante neste caso, não é outra senão a natureza dos produtos transportados, para determinar a qual tributo se subordinam, visto que os objetos tipicamente postais, bem como outros que não se inserem nesta categoria, comportam o mesmo tipo de transporte. Documentos e papeis são exemplos clássicos de encomendas postais, o mesmo não se podendo dizer em relação aos leitores de cartão, objeto da presente atuação.

Como se percebe, mercadorias diferem diametralmente de encomendas postais. Assim, independente de quem as transportar, ou seja, ainda que esses serviços sejam prestados pela ECT, em se tratando dessa espécie, não podem prescindir de se fazer acompanhar do correspondente documento fiscal.

Portanto, não podem subsistir os argumentos da recorrente, uma vez demonstrado que efetivamente realizava transporte de mercadorias, hipótese legalmente sujeita ao crivo das normas relativas ao ICMS. Nesse passo, vê-se que a atuação não afronta a decisão do STF, posto que na referida decisão ficou assegurada ao contribuinte a imunidade recíproca, apenas no que se refere aos objetos tipicamente de postagem, nos termos definido em norma, consoante restou demonstrado.

Por todo o exposto voto pelo conhecimento do recurso voluntário negando-lhe provimento, para confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida em primeira instância, votando pela PROCEDÊNCIA do feito fiscal, nos termos do Parecer da Consultoria Tributária, referendado pela Douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

DECISÃO:

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é **RECORRENTE:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e **RECORRIDO:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

RESOLVEM, os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para rejeitar a preliminar de nulidade argüida pela recorrente e no mérito, também por decisão unânime, confirmar a decisão CONDENATÓRIA exarada na Instância singular, julgando PROCEDENTE a presente ação fiscal nos termos do voto do relator e do Parecer da douda Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS REUNIÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 21 de setembro de 2012.


Valter Barbalho Lima

PRESIDENTE


Ubiratan Ferreira de Andrade

PROCURADOR DO ESTADO


Aderbalina Fernandes Scipião

CONSELHEIRO


Cícero Rogério Macedo Gonçalves

CONSELHEIRO


Maria Lucineide Serpa Gomes

CONSELHEIRA


Filipe Pinho da Costa Leitão

CONSELHEIRO


Mônica Maria Castelo


CONSELHEIRA


Agatha Louise Borges Macedo

CONSELHEIRA


Rafael Gonçalves Zidan

CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva

CONSELHEIRO